

Projeto URBISAmazônia

Relatório Técnico:

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO LOCAL: Um estudo a partir de comunidades tradicionais no Pará

Relatório apresentado à Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias – FUNCATE – relativo à concessão de bolsa de pesquisa na categoria Desenvolvimento Tecnológico e Industrial – Tipo III-C.

Período: 01/04/2013 a **31/08/2013**

Bolsista: Vanessa Cardoso Ferreira

Agosto de 2013

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO NA REGIÃO URBISAMAZÔNIA	4
3. COMUNIDADES RIBEIRINHAS DOS RIOS ARAPIUNS, ARUÃ E MARÓ.....	8
3.1 Estudo das informações coletadas.....	11
3.1.1 Principal atividade geradora de renda	11
3.1.2 Produção de farinha de mandioca.....	14
3.1.3 Pesca.....	15
3.1.4 Artesanato.....	16
3.1.5 Recursos Florestais	18
3.1.6 Produção agrícola.....	23
3.1.7 Pecuária.....	25
3.1.8 Caça.....	26
3.1.9 Outros itens relevantes	27
4. Considerações finais.....	28
REFERÊNCIAS	30

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de um esforço conjunto de tentar compreender as formas alternativas de produção na região do URBISAmazônia. Assume-se uma visão de desenvolvimento que agregue as formas de produção e saberes tradicionais articuladas a processos de inovação capazes de fortalecer e integrar o circuito inferior ao circuito superior da economia. Essa articulação poderia promover o desenvolvimento local numa lógica mais inclusiva, distributiva, eficaz, socialmente justa e ambientalmente responsável. Além disso, um desenvolvimento participativo seria capaz de gerar processos urbanos mais ambientalmente consistentes, dado que a necessidade de manutenção das condições para a reprodução contínua das comunidades atuaria no sentido do uso responsável.

Busca-se discutir a interfertilização possível entre atividades tradicionais e economia de mercado. Nesse contexto, a presente pesquisa pretende estudar o desenvolvimento produtivo local, com foco nos fluxos relativos à produção, comercialização e consumo das áreas de estudo definidas pelo projeto URBISAmazônia. O estudo partirá de uma revisão do referencial bibliográfico teórico sobre a temática e, em seguida, passará para o estudo das informações disponíveis para algumas comunidades escolhidas.

O objetivo é iniciar os estudos com as comunidades ribeirinhas do Rio Arapiuns, aproveitando as informações coletadas na viagem de campo de junho de 2012. O estudo deve, ainda, englobar outros recortes populacionais definidos ao longo da pesquisa relacionando, por exemplo, as várias formas de extrativismo e de agricultura familiar e sua articulação com processos locais de mercado.

O trabalho se baseará no estudo da dinâmica produtiva de comunidades definidas, com foco na produção, comercialização e consumo de produtos e mercadorias. Serão utilizados dados coletados em campo (escala URBIS MICRO) e os dados disponíveis pelo Censo Demográfico 2010, em seus setores censitários (escala URBIS MESO). A proposta é tentar entender o funcionamento de cada escala, MICRO e MESO; discutir como as escalas MICRO e MESO estão relacionadas; e, discutir as possibilidades existentes na articulação entre circuito inferior e superior da economia nessas localidades com proxies para alternativas possíveis de desenvolvimento na região de estudo.

O Projeto URBISAmazônia dividiu o Pará em três áreas de estudo para a escala transmunicipal, URBIS-1, URBIS-2 e URBIS-3. (URBISAMAZÔNIA, 2010, p. 18). Essas serão as áreas de estudo aqui adotadas.

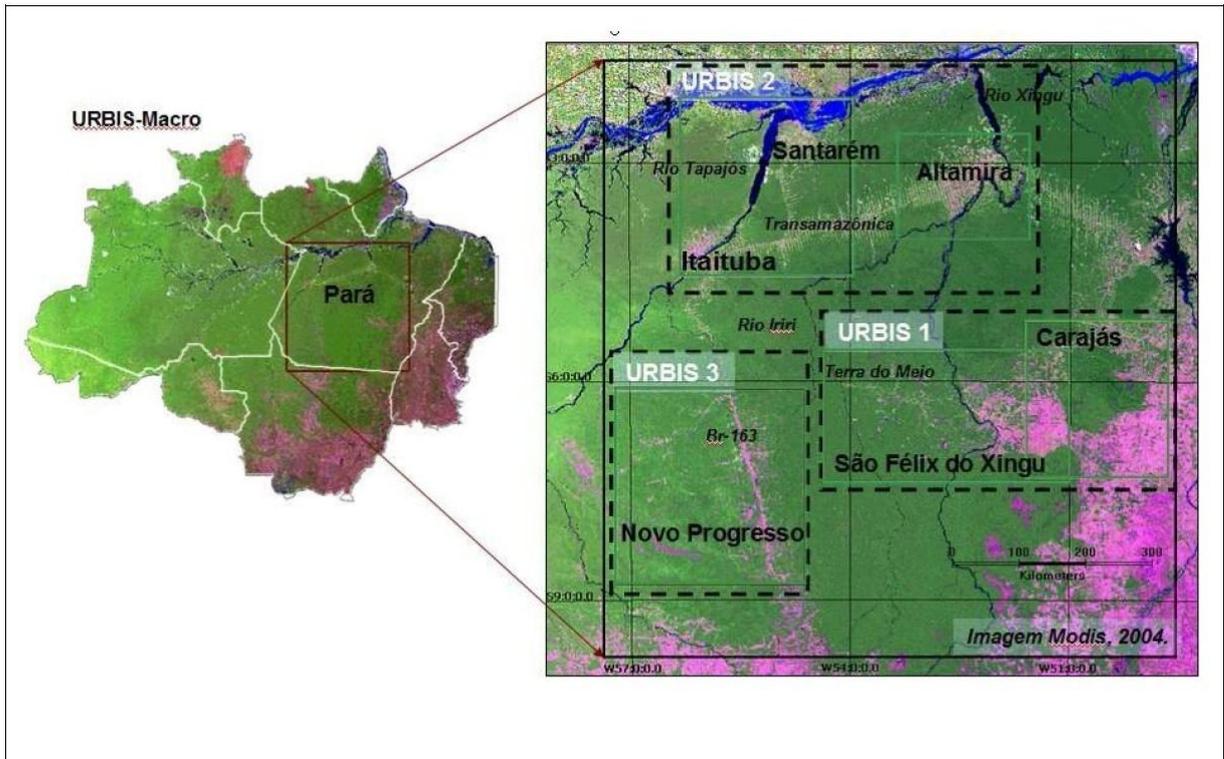
A área de estudo URBIS-1, agrega o conjunto Terra do Meio e Carajás e possui as seguintes dinâmicas: frente de expansão da fronteira agropecuária, pólo de Mineração Corporativa – Carajás/Parauapebas; e, conflito de Terras. A área de estudo URBIS-1 é composta pelos seguintes municípios: Água Azul do Norte, Altamira, Canaã dos Carajás, Marabá, Ourilândia do Norte, Parauapebas, São Felix do Xingu e Tucumã. (URBISAMAZÔNIA, 2010, p. 18)

A área de estudo URBIS-2, agrega o conjunto Tapajós, Santarém e Transamazônica e possui as seguintes dinâmicas: projeto de colonização; produção de grãos e ocupação ribeirinha. A área de estudo URBIS-2 é composta pelos seguintes municípios: Altamira, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Itaituba, Juruti, Medicilândia, Placas, Rurópolis, Santarém, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. (URBISAMAZÔNIA, 2010, p. 18)

A área de estudo URBIS-3, agrega o conjunto sob área de influencia da BR-163 e possui as seguintes dinâmicas: fronteira agropecuária; mineração não corporativa-transgarimpeira; Política Florestal-DFS BR-163 e conflito de Terras. A área de estudo URBIS-3 é composta pelos seguintes municípios: Altamira, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão. (URBISAMAZÔNIA, 2010, p. 18)

Considera-se, no presente trabalho, a classificação de NÃO-URBIS para o conjunto de municípios que compõem o estado do Pará e que não fazem parte do URBIS-1, do URBIS-2 e do URBIS-3. A Figura n.º1, abaixo, ilustra as áreas de estudo supracitadas.

Figura n.º1 - Escalas espaciais de investigação e áreas de estudo do Projeto URBISAmazônia



Fonte: URBISAMAZÔNIA, 2010.

A saída antecipada da bolsista do projeto prejudicou a execução das do presente trabalho. As atividades inicialmente definidas para serem desenvolvidas pela bolsista eram as seguintes:

1. Revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento produtivo local de comunidades tradicionais na Amazônia, com foco no Pará;
2. Revisão bibliográfica sobre as principais dinâmicas de desenvolvimento atuais na Amazônia, com foco no Pará;
3. Estudo de dados coletados em campo;
4. Estudo dos dados do Censo Demográfico 2010;
5. Análise das comunidades tradicionais a partir dos dados trabalhados e de sua articulação com as principais dinâmicas econômicas na região.

Entretanto, as etapas efetivamente concluídas foram apenas as etapas: 1 (parcialmente) e 3 (apenas para as comunidades dos Rios Arapiuns, Maró e Aruã).

2. FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO NA REGIÃO URBISAMAZÔNIA

O modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia foi periférico e voltado para fora. As medidas adotadas durante os ciclos econômicos da borracha, drogas do sertão, açúcar, entre outros, traduziram-se na ideia de produzir para exportar e não foram acompanhadas de ações que pudessem gerar investimentos, melhoras na infraestrutura, educação e saúde das regiões produtoras. Em resumo, essa ideia de gerar produção para a exportação foi incapaz (ou apenas marginalmente capaz) de gerar cadeias produtivas organizadas, aproveitando o valor dos recursos produzidos ou explorados na Amazônia.

Esse modelo de desenvolvimento não permitiu que a economia de mercado se estabelecesse concretamente na Amazônia. Apesar de a economia de mercado ali existir, ela, por suas características, não foi capaz de incorporar a maior parte da população da Amazônia e não conseguiu se incorporar nas principais atividades de reprodução da vida amazonense. Foi por essa razão que foram conservadas nessa realidade as ideias dos saberes locais e das atividades tradicionais.

Em todos os períodos da Amazônia, verificou-se a presença de práticas econômicas dissociadas daquelas típicas da produção capitalista, tais como, sistemas de trocas, compadrio, entre outros. Em alguns momentos, inclusive, os conhecimentos típicos da população local, os saberes locais, foram chamados a contribuir com a produção capitalista, uma vez que os grandes produtores não tinham conhecimento suficiente para se apropriar, de forma eficaz, das riquezas regionais. Foi dessa forma que a população local, comunitários, índios e ribeirinhos, em alguns momentos da história, foram convidados a fazer parte da exploração de recursos e dos processos produtivos.

Exemplo disso foi o período da agricultura em larga escala, na Amazônia, que

“não conseguiu instalar - se em função das características do ambiente. Ela veio a se metamorfosear numa economia extrativista peculiar, o extrativismo de coleta. Ali, num ecossistema de características únicas, sobre o qual o nativo era o único detentor de conhecimento, esse se transformava em trabalho (altamente) qualificado”. (SILVA; DINIZ; FERREIRA, 2013, p.5)

Outro momento histórico em que isso ocorreu foi o do ciclo da borracha, onde o “caboclo foi o fator trabalho fundamental na busca do látex, agora, sob o sistema de controle da mão de obra do aviamento”. (SILVA; DINIZ; FERREIRA, 2013, p.6).

A partir da década de 80 dá-se início a um movimento de organização de seringueiros, garimpeiros, pequenos agricultores, indígenas e ribeirinhos, ou seja, daqueles mais negativamente afetados pelo processo de desenvolvimento em curso. Esses atores passaram a se organizar e atuar em sua própria defesa.

Na década de 90, o foco passou a ser o da adoção de medidas de controle ao desmatamento, de incentivo as atividades extrativistas, de incorporação de produtos florestais ao mercado nacional e internacional, propostas de sistemas de manejos alternativos. É nesse contexto que as populações tradicionais (seringueiros, indígenas, etc.) passam a ser valorizadas e os seus conhecimentos considerados relevantes.

A partir dos anos 2000 esses processos se aceleram e se espalham ainda mais no contexto amazônico. O grande número de comunidades tradicionais, de reservas indígenas e de outras organizações, além do elevado grau de “informalidade” dos trabalhadores, são exemplos de que as práticas tradicionais, oriunda dos antigos habitantes e adaptada entre as gerações, não abandonaram a Amazônia, e mais, se tornaram um modelo de resistência à economia capitalista de mercado. Assim, a Amazônia abriga atualmente uma grande diversidade de tempos, formas sociais e econômicas ligadas ao capital privado e internacional e, também, formas econômicas e sociais tradicionais na floresta e nas cidades, resistentes à lógica acumulativa e predatória.

Agora, mais do que nunca, é necessário criar um novo modelo de desenvolvimento para a região. Esse novo modelo deve se apropriar dessas diferentes formas sociais e econômicas que compõem o espaço amazônico. Nesse sentido, hoje, é por meio do conceito de *urbanização extensiva*, que é possível pensar um novo modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia.

O conceito de *urbanização extensiva* foi proposto por Monte-Mór no início dos anos 90, como uma forma de sistematizar processos observados na fronteira amazônica (MONTE-MÓR, 1994). Nesses processos, o “tecido urbano se estendia rapidamente em função das necessidades da produção, em busca de recursos naturais e do trabalho que também se concentrava em nucleações urbanas” (MONTE-MÓR, 2011, p.176).

No capítulo V, do livro “*Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia*”, publicado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGE), em 2011, Monte-Mór toca em pontos essenciais que poderiam servir de base para a construção desse novo modelo de desenvolvimento para comunidades das Reservas Extrativistas (Resex) contempladas no seu estudo. Pela relevância e abrangência de suas

considerações, elas serão aqui retomadas e consideradas pertinentes para o conjunto de comunidades tradicionais para as quais o presente trabalho é voltado.

O primeiro deles diz respeito ao suporte que o urbano pode oferecer para comunidades localizadas na Amazônia. Segundo o autor,

O urbano, aqui entendido como as condições gerais de produção e de reprodução coletiva exigidas pela vida contemporânea, **representa também uma força sinérgica que pode contribuir ativamente para a mobilização comunitária, para sua consciência política e para o aumento da criatividade no uso e apropriação dos recursos com os quais pode contar.** A *praxis* urbana pode gerar um sentido coletivo de pertinência e desalienação da comunidade a ponto de transformá-la em uma “comunidade para si”, consciente do seu espaço de vida e das suas condições locais de reprodução, além de contribuir para minimizar, racionalizar e organizar seus impactos antrópicos sobre o ecossistema onde habita, seu espaço vivenciado. (MONTE-MÓR, 2011, p. 183). (Grifo próprio)

Nesse sentido cabe pensar que

[...] a urbanização e a conseqüente modernização dos processos produtivos e reprodutivos nas Reservas Extrativistas implica, **não “desenvolver” as várias localidades, unidades, ou mesmo a região, mas, sim, identificar formas de “reenvolver” a população e seu espaço de vida com suas práticas tradicionais, mas agora fortalecidas com novos conhecimentos e tecnologias localmente apropriáveis** (com vistas a futura geração e autogestão de conhecimento), que permitam as comunidades avançar a partir das próprias bases locais em direção a maior valorização dos seus produtos e do seu trabalho, bem como de seu próprio ‘empoderamento’, de modo a permitir que se inseriram mais dignamente nos processos decisórios e nos circuitos mercantis e de trocas regionais e globais. (MONTE-MÓR, 2011, p. 184). (Grifo próprio)

Para fortalecer a atuação das comunidades, o autor destaca a necessidade de estimular três questões essenciais: transporte, energia e comunicação. Essas três questões seriam capazes de elevar a produção, facilitar as conexões e integrações entre as comunidades, e entre elas e Santarém.

O segundo ponto refere-se à importância que o urbano pode oferecer na construção de uma identidade local, que poderia fortalecer a conscientização dos comunitários para que eles sejam sujeitos de sua história.

[...] o urbano é também, e principalmente, cidade, cidadania, coletividade. Deveria ser, de fato, uma “comunidade para si”. Para tanto, é fundamental a construção de sujeitos, que é o cerne do processo mesmo de modernidade. Ser moderno é ser sujeito de sua história. A cidade é, portanto, festa, poder, riqueza coletiva. (MONTE-MÓR, 2011, p. 189).

O novo modelo de desenvolvimento, construído a partir das ideias de Monte-Mór (2011) seria capaz de agregar as formas de produção e saberes tradicionais a processos de inovação, capazes de fortalecer e integrar o circuito inferior ao circuito superior da economia – circuitos definidos por Milton Santos (1979) em sua obra “*Espaço Dividido*”. Essa articulação poderia promover o desenvolvimento local numa lógica mais inclusiva, distributiva, eficaz, socialmente justa e ambientalmente responsável.

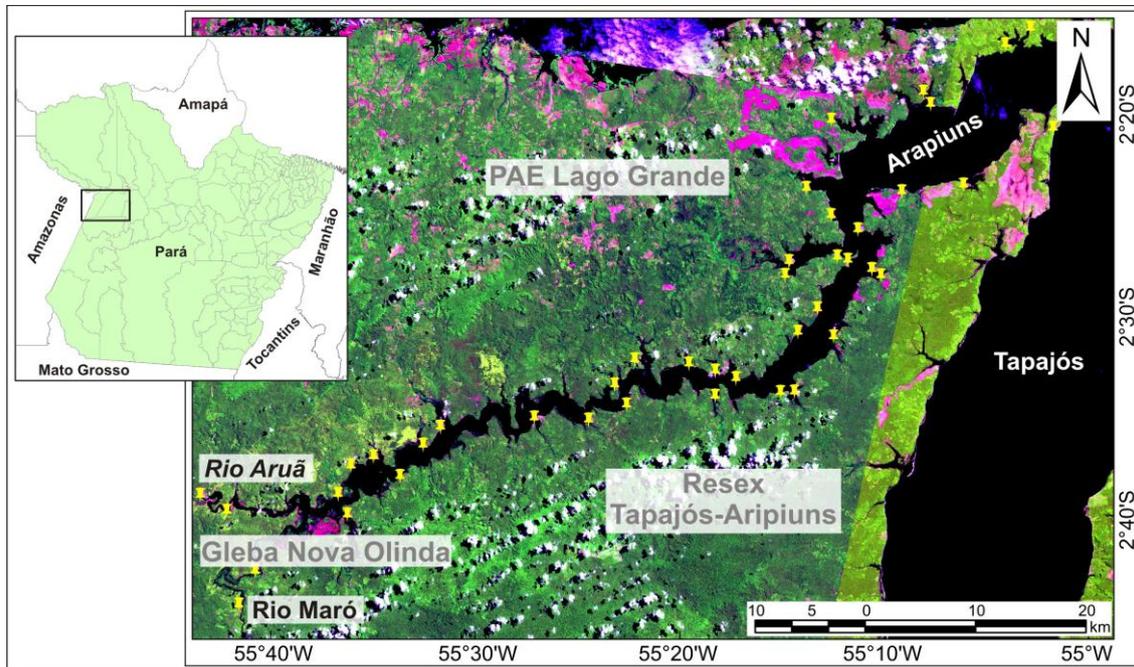
Nesse sentido, a economia popular e solidária pode ser vista como o embrião de atividades que podem gerar formas alternativas de produção e reprodução na Amazônia contemporânea, uma vez que se a mesma se caracteriza por práticas resistentes ao modelo capitalista de produção.

3. COMUNIDADES RIBEIRINHAS DOS RIOS ARAPIUNS, ARUÃ E MARÓ

As comunidades ribeirinhas dos Rios Arapiuns, Aruã e Maró, fazem parte, do que está sendo considerado nesse trabalho, o conjunto de comunidades tradicionais da Amazônia. Elas localizam-se em uma região que apresenta comunidades antigas, algumas com mais de 150 anos. É uma região que atualmente vive conflitos devido à grilagem de terras e à apropriação irregular dos recursos naturais, principalmente exploração madeireira. Algumas dessas comunidades são indígenas, miscigenadas ou não.

As informações aqui tratadas foram coletadas em uma missão de campo, ocorrida no período de 4 a 15 de junho de 2012. O percurso realizado abrangeu toda a extensão do Rio Arapiuns, aproximadamente 135 km, e parte de seus afluentes, nos trechos navegáveis dos rios Aruã e Maró. Na região estão áreas da Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns, do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Lago Grande e da Gleba Nova Olinda. A Figura n.º1, a seguir, ilustra essa região.

Figura n.º1: Localização da área de estudo



Fonte: ESCADA et al, 2013, p. 7.

A equipe do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) que foi à essa missão de campo produziu um relatório, “*Infraestrutura, serviços e conectividade das*

comunidades ribeirinhas do Arapiuns, PA”¹, que descreve a área de estudo, a metodologia utilizada e aponta os resultados preliminares dos dados coletados em campo, bem como fornece ilustrações das comunidades visitadas.

Vale destacar que o objetivo do trabalho de campo foi o levantamento das comunidades ribeirinhas dos rios Arapiuns, Aruã e Maró com a

[...] “finalidade de identificar e caracterizar as comunidades ribeirinhas em relação à disponibilidade e acesso aos equipamentos urbanos de infraestrutura, serviços de saúde, educação e transporte e, também aos serviços ecossistêmicos associados ao extrativismo vegetal e animal”. (INPE, 2013, p.6).

A seguir encontra-se a Tabela n.º1, com as comunidades visitadas e suas descrições e um mapa (Figura n.º2) com a localização delas na área de estudo.

Tabela n.º1: Comunidades visitadas nos Rios Arapiuns, Aruã e Maró – 2012.

Núcleo Populacional	Unidade	Rio	Tipo
Amari	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Aminá	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia
Aningalsinho	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Arapiranga	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Arimum	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Atodi	Resex Tapajós Arapiunis	Arapiuns	Comunidade
Atrocal	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Bacuri	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Bom Futuro	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Cachoeira do Aruã	PAE Lago Grande	Aruã	Comunidade
Cachoeira do Maró	TI do Maró	Maró	Aldeia
Camará	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia
Coroca	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Cuipiranga	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Curi	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Cutilé	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Fé em Deus	Gleba Nova Olinda	Maró	Comunidade
Lago Central	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Lagoa da Praia	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia
Maicá	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Mentai	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Monte Sião	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Nova Gurupá	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Nova Pedreira	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia
Nova Sociedade	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Nova Sociedade do Tucumã	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Nova Vista	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia
Novo Horizonte	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade

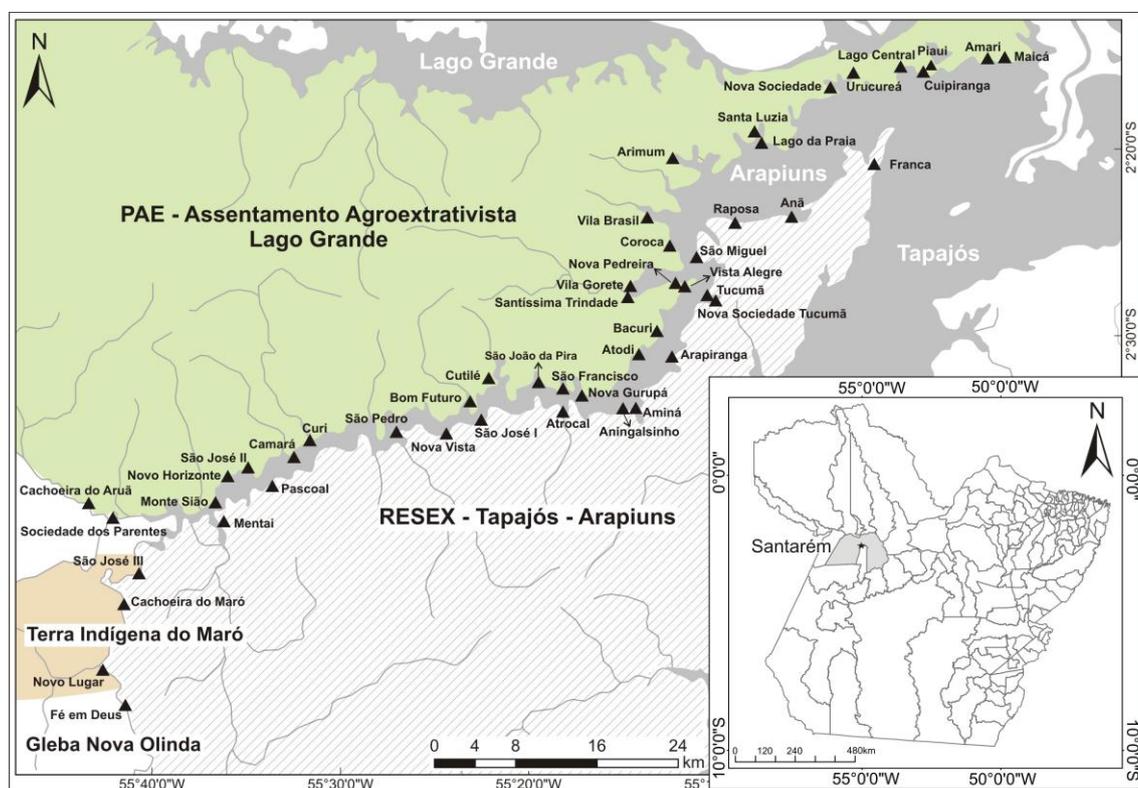
¹ Relatório disponível em: <<http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3E2NF9P>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

(continuação)

Núcleo Populacional	Unidade	Rio	Tipo
Novo Lugar	TI do Maró	Maró	Aldeia
Pascoal	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Raposa	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Santa Luzia	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Santíssima Trindade	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Santo Antônio	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
São Francisco	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
São João da Pira	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
São José I	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
São José II	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia
São José III	TI do Maró	Maró	Comunidade
São Pedro	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Sociedade dos Parentes	Gleba Nova Olinda	Aruã	Comunidade
Tucumã	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Urucureá	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Vila Anã	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Vila Brasil	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Vila Franca	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Vila Gorete	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade
Vila Piauí	PAE Lago Grande	Arapiuns	Aldeia
Vila São Miguel	Resex Tapajós Arapiuns	Arapiuns	Comunidade
Vista Alegre	PAE Lago Grande	Arapiuns	Comunidade

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Figura n.º2: Comunidades visitadas durante a Missão de Campo



Fonte: ESCADA et al, 2012, p. 14.

Monte-Mór (2011), em sua visita de à Resex Tapajós-Arapiuns, ressaltou que essa região

“não depende de um ou dois únicos produtos de exportação, como a borracha e a castanha. Esses produtos não existem localmente e outros produtos já típicos do mercado capitalista nacional e internacional, como o açaí e a madeira, tampouco tem expressão na região. Ao contrario, as atividades locais são centradas nas roças de mandioca e outros produtos de consumo diário, com algumas novas experiências no campo da pesca, da apicultura, do artesanato e da movelaria. A integração da população com seu espaço de vida e de produção é longa e muito expressiva, tratando-se de uma economia de subsistência, de base extrativista tradicional. A população está nucleada em “vilas” e os espaços de produção os – “roçados” – em sua maioria, distantes alguns quilômetros das nucleações, cabendo a cada núcleo familiar cerca de 200 hectares, em media.” (MONTE-MÓR, 2011, p. 181).

Essas características, de modo geral, podem ser reproduzidas nas demais comunidades visitadas, as do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Lago Grande e da Gleba Nova Olinda.

Embora as informações obtidas na missão de campo tenham sido amplas, o presente estudo focará nas questões: (i) dinâmicas de uso e cobertura da terra, considerando a produção local para sustento, comercialização e trocas, bem como a cesta de consumo dos habitantes locais; e, (ii) principais atividades associadas à conservação da floresta, sendo aqui considerados os recursos florestais que são explorados pelos habitantes locais.

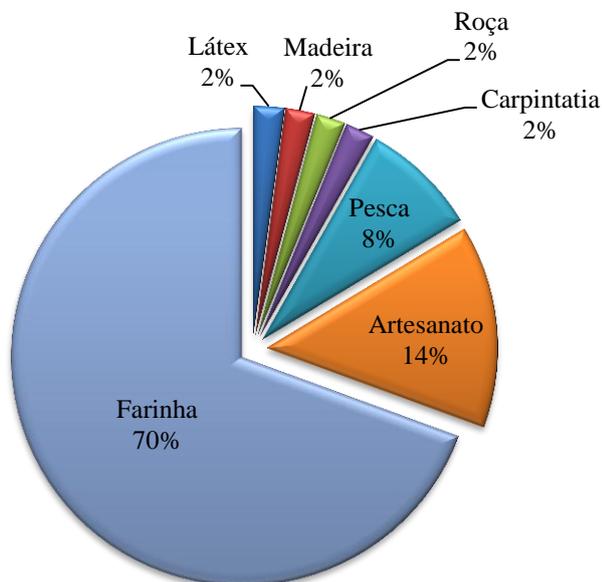
3.1 Estudo das informações coletadas

3.1.1 Principal atividade geradora de renda

Os dados coletados na missão de campo permitiram verificar que as principais atividades econômicas geradoras de renda nas comunidades ribeirinhas visitadas são a produção de farinha de mandioca (70%), o artesanato (14%), e a pesca (8%). Vale ressaltar que a farinha está presente em todas as comunidades, mesmo não sendo apontada como a principal atividade econômica. (ESCADA *et al.*, 2013, p.25). O Gráfico n.º1 ilustra os comentários acima.

Gráfico n.º1

Principal atividade econômica geradora de renda na comunidade (%) - 2012



Fonte: ESCADA *et al.*, 2013, p.23.

Como pode ser observado, do total das comunidades ribeirinhas visitadas, 35 delas alegaram possuir como atividade econômica principal a produção de farinha de mandioca; 7 tem como atividade principal o artesanato, sendo que em duas delas (Vila Brasil e Urucureá) este é voltado para o trabalho com palhas de tucumã; 4 possuem como atividade principal a pesca; e apenas um município mencionou ter como atividade principal as seguintes atividades: carpintaria, funcionalismo público, exploração do látex e roça. (Tabela n.º2).

Tabela n.º2

Atividade Econômica Principal por Comunidade Ribeirinha					
Farinha de Mandioca	Vila Anã	Monte Sião	Novo Horizonte	Cutilé	Arapiranga
	Vila Franca	Sociedade dos Parentes	Santo Antônio	São João da Pira	Tucumã
	Raposa	Mentai	Nova Vista	Atrocal	Nova Sociedade do Tucumã
	Cachoeira do Maró	Pascoal	Bom Futuro	Aminá	Vista Alegre
	Fé em Deus	Camará	São Francisco	Atodi	Vila Gorete
	Novo Lugar	São Pedro	Gurupá	Bacuri	Santa Luzia
	São José III	São José II	São José I	Aningalzinho	Amari
Artesanato	Curi				
	Nova Pedreira				
	Santíssima Trindade				
	Arimum				
	Cuipiranga				
	Vila Brasil				
Pesca	Urucureá				
	Lago da Praia				
	Piauí				
	Maicá				
Carpintaria	Nova Sociedade				
	São Miguel				
Funcionalismo Público	Cahoeira do Aruã				
Látex	Coroca				
Roça	Lago Central				

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

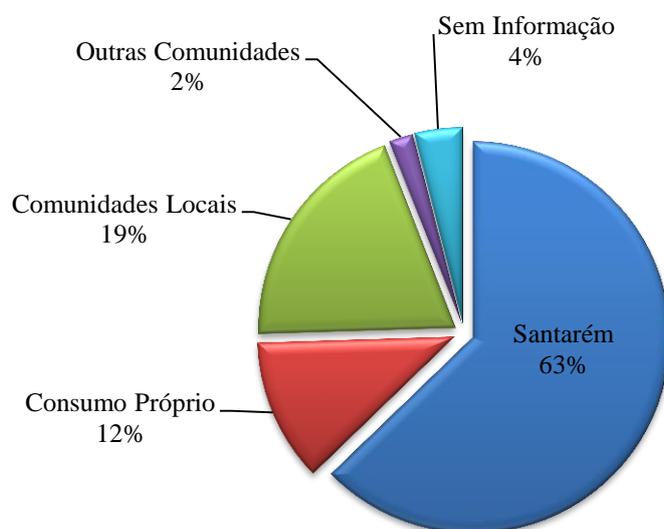
3.1.2 Produção de farinha de mandioca

Do total das comunidades visitadas, 12% delas produzem a farinha apenas para o consumo próprio, 19% a produz para o consumo e a venda entre as comunidades próximas (locais), 2% a produz para o consumo e a venda de outras comunidades (mais distantes, e que não fazem parte do grupo visitado) e 67% produz a farinha para vender para Santarém (cidade polo), e 4% das comunidades, não forneceram informação com relação ao destino da produção da farinha de mandioca.

A venda da farinha pode ser feita pelos próprios produtores ou por atravessadores (ESCADA *et al.*, 2013, p.23), estes geralmente vão até as comunidades e compram os sacos de farinha, para depois revender em Santarém.

Gráfico n.º2

Porcentagem de comunidades por destino da produção de Farinha de mandioca - 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Essas informações deixam clara a importância da atividade de produção da farinha nessas comunidades. Como integrante fidedigna da cesta de consumo dos habitantes locais, a farinha é requisita, pelo menos, em uma das suas refeições diárias. Fica indicada a necessidade de se criar formas inovadoras de produção e distribuição desse produto na região, pois na maioria das vezes os produtores locais saem

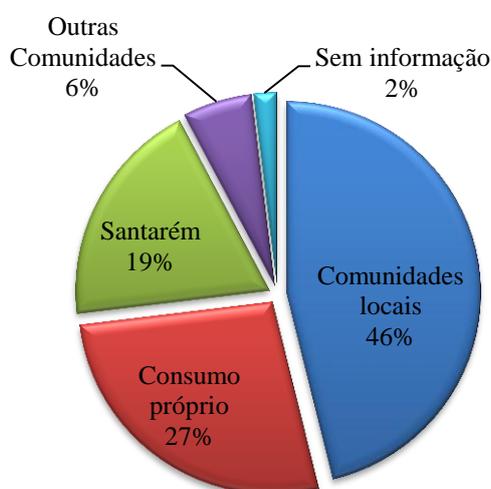
prejudicados pelas transações comerciais hoje em curso na região. Uma opção interessante poderia ser a criação de uma cooperativa de produção de farinha nas comunidades ribeirinhas da região, com sedes distribuídas em todas elas, mas com a produção comercializada em conjunto.

3.1.3 Pesca

Embora a pesca só tenha sido indicada como atividade econômica principal por quatro comunidades, ela é praticada em todas as comunidades visitadas. Os dados mostram que em 46% das comunidades visitadas o destino do pesca é para o consumo e venda nas comunidades locais, 27% para o consumo próprio, 19% para Santarém e 6% para outras comunidades (ou seja, comunidades que não fazem parte do conjunto visitado), e, 2% das comunidades não forneceram informações sobre o destino da pesca.

Gráfico n.º3

Porcentagem de comunidades por destino da pesca - 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Como pode ser observado, ao contrário da produção da farinha de mandioca, a pesca é praticada mais no intuito de atender a uma demanda local, seja para o consumo próprio, seja para o consumo e venda nas comunidades locais. Ela é, portanto, uma atividade importante para o sustento das famílias ribeirinhas.

A atividade da piscicultura já foi incentivada a partir de projetos desenvolvidos pela ONG Projeto Saúde e Alegria e pela prefeitura de Santarém. Em quatro comunidades (justamente as que apontaram a pesca como atividade econômica principal) chegaram a ser iniciados projetos de criação de peixe, mas ao término do projeto, em algumas delas, os habitantes locais abandonaram por completo a atividade, ou por falta de assistência técnica direta dessas entidades, ou pelo fim do fornecimento, por parte da prefeitura, de ração para os peixes.

Parece haver uma falha no que diz respeito à incorporação efetiva da atividade de criação de peixe nessas comunidades, de modo que ela possa ter um caráter contínuo. Um problema associado ao modo de implementação desses projetos é o caráter assistencialista dos mesmos.

Para se buscar um projeto de caráter sustentado para as comunidades, é interessante que sejam criados mecanismos de incorporação dos saberes locais com as tecnologias adotadas nessa atividade, de modo a gerar inovações que possam trazer benefícios para a comunidade. Se os comunitários se apropriarem dos meios de produção para a criação de peixes, eles serão capazes de dar continuidade à atividade sem a necessidade de assistência técnica ou de fornecimento de materiais. Um exemplo disso poderia ser a produção de ração para peixe, produzida com os recursos dos próprios rios, ou seja, com material local e de fácil acesso para os comunitários. Tudo, incentivando o uso consciente dos recursos.

Novamente, uma sugestão para a questão da criação de peixes seria a criação de uma cooperativa ou de algum empreendimento econômico solidário, que conseguisse atuar em toda a extensão dos rios, da nascente até a foz no Rio Tapajós. Desse modo, todas as comunidades poderiam ser beneficiadas da produção conjunta e, além disso, possíveis problemas com relação à criação de peixes poderiam ser evitados (tais como concorrência por espaços, redução dos peixes em pontos mais próximos à foz, etc.).

3.1.4 Artesanato

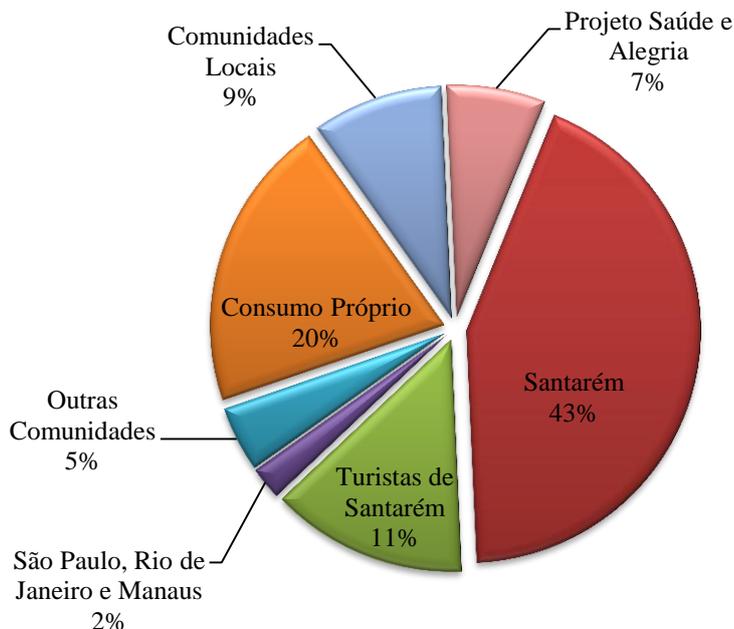
Apesar de aparecer apenas em sete comunidades como principal atividade econômica, a produção de artesanato está presente em 39 das comunidades visitadas.

Os dados mostram que das comunidades que produzem artesanato, em 43% delas o artesanato é vendido para Santarém, em 20% delas o destino é o consumo próprio, em 11% delas ele é vendido para os turistas que vem de Santarém até as

comunidades, em 9% o destino é as comunidades locais, 7% delas vendem o artesanato para o PSA, 5% vendem para outras comunidades e 2% vendem diretamente para São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus.

Gráfico n.º4

Porcentagem de comunidades por destino do artesanato - 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Vale destacar que a ONG PSA incentiva a produção de artesanato local com artefatos, “técnicas locais específicas e material coletado e processado em cada comunidade” (ESCADA et al, 2013, p.26) isso traz “turistas de outras regiões do país e do exterior para conhecer o ‘modo de vida’ ribeirinho” (ESCADA et al, 2013, p.26). A produção está, portanto, associado ao turismo ecológico – principalmente nas Arimum e Atodi. Na comunidade Vista Alegre existe uma loja específica para a venda de artesanato (ESCADA et al., 2013, p.37).

Em Urucureá existe um grupo de produção de artesanato com palhas de tucumã, que recebe o nome de TUCUMARTE, a produção desse grupo gera renda para as famílias, o que ajuda no sustento delas. O grupo recebe a ajudado da ONG PSA, que incentiva a organização comunitária, o comércio justo e maior consciência ambiental. Além disso, essa atividade também atrai turistas, que se deslocam para a comunidade

para comprar peças e para conhecer as etapas de produção. O grupo conta, inclusive, com uma página na rede social *Facebook*² para divulgação da atividade.

A produção das peças de artesanato do grupo TUCUMARTE foi certificada, em 2007, pelo Conselho de Manejo Florestal Internacional (em inglês: *Forest Stewardship Council* – FSC). Essas peças, além de comercializadas localmente, são vendidas para São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus.

3.1.5 Recursos Florestais

Com relação à exploração dos recursos florestais, os dados coletados na missão de campo mostram que 11% das comunidades visitadas coletam látex da floresta; 88% exploram a madeira; 48% coletam castanha; 74% coletam açaí e 96% coletam frutas (das florestas ou de pomares, plantados aos arredores das casas pela própria comunidade). Apenas a comunidade Bacuri declarou não coletar frutas.

Vale ressaltar que não há informações, no que diz respeito às questões aqui consideradas, para a comunidade Santo Antônio. A Tabela n.º3, a seguir, mostra as comunidades que declararam ou não explorar os produtos supracitados.

Tabela n.º3

Exploração de Recursos Florestas por Comunidade					
	Látex	Madeira	Castanha	Açaí	Frutas
Amari	não	sim	sim	sim	sim
Aminá	não	sim	sim	sim	sim
Aningalzinho	sim	sim	sim	sim	sim
Arapiranga	não	sim	não	sim	sim
Arimum	não	sim	não	sim	sim
Atodi	não	sim	sim	sim	sim
Atrocal	sim	sim	sim	sim	sim
Bacuri	não	sim	não	não	não
Bom Futuro	não	sim	sim	sim	sim
Cachoeira do Maró	não	sim	sim	sim	sim
Cachoeira do Aruã	não	sim	sim	sim	sim
Camara	não	sim	não	não	sim
Coroca	sim	não	não	não	sim
Cuipiranga	não	sim	não	não	sim
Curi	não	sim	sim	sim	sim
Cutilé	não	sim	sim	sim	sim
Fé em Deus	não	sim	sim	sim	sim

² Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/media/set/?set=a.217939201561656.53636.202322806456629>>. Acesso: 27 ago. 2013.

(continuação)

Exploração de Recursos Florestas por Comunidade					
	Látex	Madeira	Castanha	Açaí	Frutas
Gurupá	não	não	não	sim	sim
Lago Central	não	sim	não	não	sim
Lago da Praia	não	sim	não	não	sim
Maicá	não	sim	sim	sim	sim
Mentai	não	sim	sim	sim	sim
Monte São	não	sim	sim	sim	sim
Nova Pedreira	não	não	não	sim	sim
Nova Sociedade	não	não	não	não	sim
Nova Sociedade do Tucumã	não	sim	não	sim	sim
Nova Vista	não	sim	sim	sim	sim
Novo Horizonte	não	sim	sim	sim	sim
Novo Lugar	não	sim	sim	sim	sim
Pascoal	não	sim	sim	sim	sim
Piauí	não	sim	não	não	sim
Raposa	não	sim	sim	sim	sim
Santa Luzia	sim	sim	não	não	sim
Santíssima Trindade	não	sim	não	sim	sim
São Francisco	não	não	sim	sim	sim
São João da Pira	não	sim	sim	sim	sim
São José 1	sim	sim	sim	sim	sim
São José 2	não	sim	não	sim	sim
São José 3	não	sim	não	sim	sim
São Miguel	sim	sim	não	sim	sim
São Pedro	não	sim	sim	sim	sim
Sociedade dos Parentes	não	sim	sim	sim	sim
Tucumã	sim	sim	não	sim	sim
Urucureá	não	sim	não	não	sim
Vila Anã	sim	sim	não	sim	sim
Vila Brasil	sim	sim	não	sim	sim
Vila Franca	sim	sim	não	não	sim
Vila Gorete	sim	sim	não	sim	sim
Vista Alegre	não	sim	não	não	sim

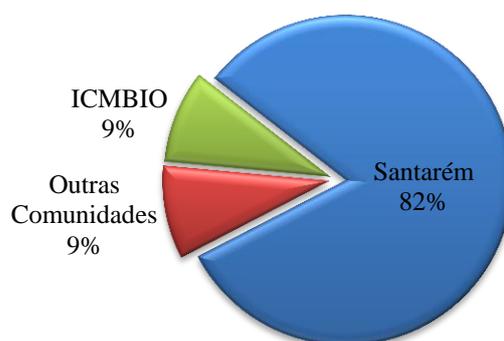
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Com relação ao destino dado ao látex coletado, observa-se que em 82% das comunidades ele é destinado à Santarém; 9% delas vendem o látex para outras comunidades (que não fazem parte do conjunto estudado) e 9% delas o entrega diretamente ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), que atua como intermediário, comprando a produção dos ribeirinhos.

A exploração do látex varia de 40 A 1050 kg por mês, dependendo da comunidade, e Vila Franca produz sozinha, em média, cerca de duas toneladas por mês.

Gráfico n.º5

Porcentagem de comunidades por destino do látex - 2012



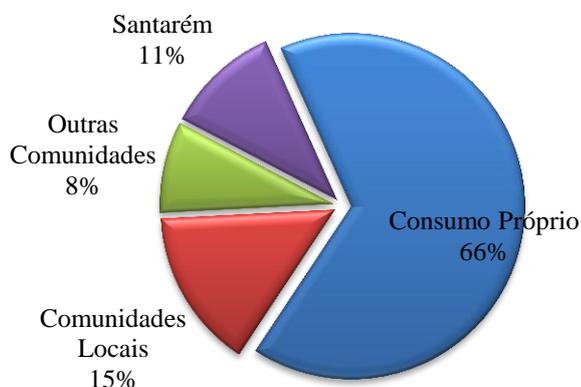
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Com relação à madeira, 66% das comunidades a utilizam para o consumo próprio, 15% a coletam para o consumo e/ou venda em comunidades locais, 11% a vendem a Santarém e 8% a coletam para consumo e/ou venda para outras comunidades.

A maior exploração de madeira citada foi em Nova Vista, onde são coletados 5m³ de madeira por mês. Em geral, a madeira é coletada de forma a atender à demanda das famílias para construção de casas, móveis, entre outros artigos.

Gráfico n.º6

Porcentagem de comunidades por destino da madeira - 2012



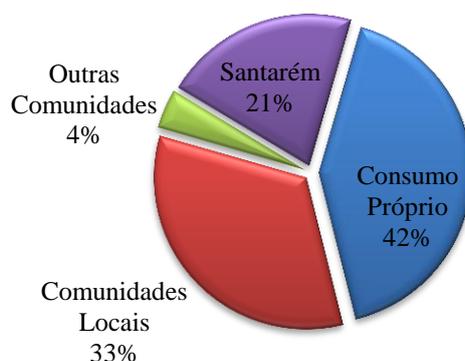
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

No que diz respeito à castanha, observa-se que 42% das comunidades utilizam a castanha para consumo próprio, 33% a utilizam para consumo e venda nas comunidades locais, 21% delas vendem a castanha coletada para Santarém e apenas 4% a vendem para outras comunidades.

A maior parte da castanha coletada detectada foi em Nova Vista, que coletou 1 tonelada de castanha em 2011, as demais comunidades que coletam castanha chegam a coletar entre 30 e 50kg de castanha em cada safra e não são muitas as famílias que se dedicam a essa atividade.

Gráfico n.º7

Porcentagem de comunidades por destino da castanha - 2012



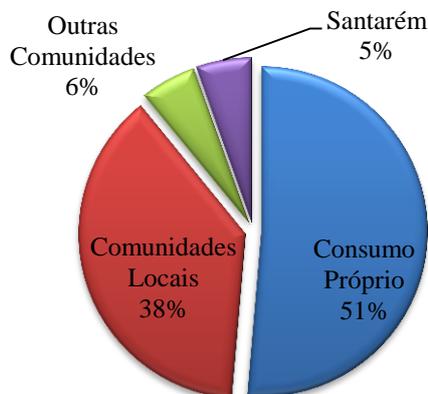
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Com relação ao açaí, é possível observar que 51% das comunidades estudadas utilizam o açaí coletado para o consumo próprio, 38% delas o utilizam como meio de troca ou o vendem para as comunidades locais, 6% delas o utilizam como meio de troca ou o vendem para outras comunidades e apenas 5% delas o vendem em Santarém.

Nota-se que o uso desse produto é majoritariamente local. Apenas Bom Futuro declarou coletar 1 tonelada por safra, nas demais comunidades a coletoras de açaí o valor fica em torno de 3 a 750 kg por ano.

Gráfico n.º8

Porcentagem de comunidades por destino do açaí - 2012



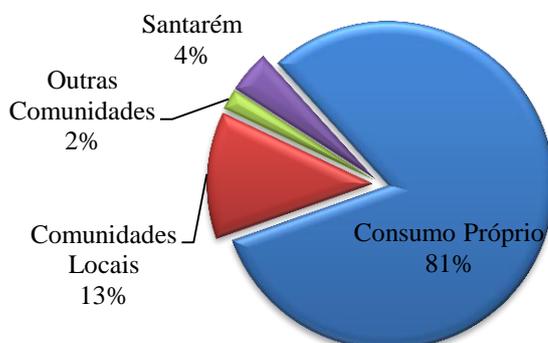
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Com relação ao destino das frutas coletadas nas comunidades, observa-se que 81% das comunidades as usam para o consumo próprio, 13% delas as usam para o consumo e/ou venda em comunidades locais, 4% das comunidades as vendem para Santarém e apenas 2% delas as usam para a venda a outras comunidades. A coleta de frutas, nas comunidades, fica em torno de 20 e 180 kg.

Entre as frutas relatadas pelas comunidades encontram-se: açaí, açaí-branco, bacaba, buriti, cupuaçu, inajá, ingá, muruci, pajurá, patuá, pupunha, taperebá, tucumã, uxi, entre outros.

Gráfico n.º9

Porcentagem de comunidades por destino das frutas - 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

3.1.6 Produção agrícola

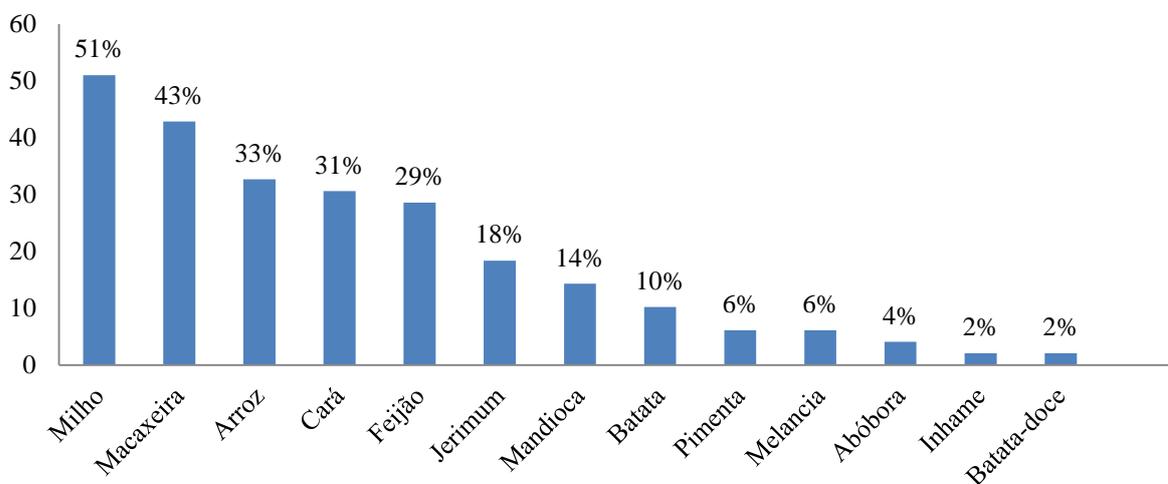
Em todas as comunidades foi verificada a produção agrícola, como fonte de sustento das famílias, e todas elas declararam produzir pelo menos um dos itens perguntados.

Algumas comunidades adotam o sistema de consórcio, sendo que ele está presente em 35% do total de comunidades. As comunidades que adotam o sistema de consórcio, não declararam produzir os itens que aparecem no Gráfico n.º10. Os municípios que fazem parte do consórcio são: Novo Lugar, São José III, Sociedade dos Parentes, Mentai, São José II, Novo Horizonte, Curi, São José I, Cutilé, São João da Pira, Atrocal, Aninhalzinho, Arapiranga, Tucumã, Vila Goreti, Nova Sociedade e Amari.

Como pode ser observado o item alimentício mais produzido nas comunidades é o milho, uma vez que 51% das comunidades delas declararam produzi-lo. Em seguida está a produção da macaxeira, 43% das comunidades produzem esse item. Logo depois vem o arroz, sendo produzido em 33% das comunidades, o cará em 31% e o feijão em 29% delas. O Gráfico n.º10, a seguir, mostra os itens produzidos e o percentual de comunidades que os produzem.

Gráfico n.º10

Percentual de comunidades por produtos agrícolas- 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

A tabela a seguir mostra os itens que são produzidos em cada comunidade. Apenas as comunidades Pascal e Gurupá produzem abóbora; apenas a comunidade Camará produz inhame; apenas a comunidade Atodi produz bata-doce. As comunidades Vila Anã, Aminá e Lago da Praia são as únicas que produzem pimenta. A melancia é produzida apenas por Bacuri, Piauí e Lago Central.

Tabela n.º4

Itens da produção agrícola por comunidade								
	Arroz	Feijão	Milho	Macaxeira	Jerimum	Cará	Batata	Mandioca
Aminá	não	não	sim	sim	não	sim	sim	não
Arimum	não	não	sim	sim	não	sim	sim	não
Atodi	não	não	sim	sim	não	sim	não	não
Bacuri	não	não	sim	não	não	não	não	não
Bom Futuro	não	não	sim	sim	sim	sim	sim	não
Cachoeira do Maró	sim	sim	sim	não	sim	não	não	não
Cahoeira do Aruã	sim	sim	não	não	não	não	não	sim
Camara		sim	sim	não	não	não	não	não
Coroca	não	não	sim	não	não	não	não	não
Cuipiranga	não	sim	sim	sim	não	não	não	sim
Fé em Deus	sim	sim	sim	não	não	não	não	não
Gurupá	não	sim	sim	sim	não	sim	não	não
Lago Central	não	sim	sim	não	não	não	não	não
Lago da Praia	não	não	sim	sim	não	sim	não	sim
Maicá	não	sim	sim	sim	sim	não	não	não
Monte São	não	não	sim	não	não	não	não	não
Nova Pedreira	não	não	não	sim	não	não	não	não
Nova Sociedade do Tucumã	não	não	sim	sim	sim	sim	não	não
Nova Vista	sim	sim	sim	sim	sim	não	não	não
Pascoal	sim	sim	sim	não	sim	sim	não	não
Piauí	não	não	sim	sim	não	sim	sim	não
Raposa	sim	não	não	não	não	não	não	sim
Santa Luzia	não	não	não	sim	não	não	não	não
Santíssima Trindade	não	sim	sim	sim	não	não	não	não
São Francisco	não	sim	sim	sim	sim	sim	não	não
São Miguel	não	não	sim	sim	sim	sim	não	sim
São Pedro	sim	não	não	sim	não	sim	não	não
Urucureá	sim	não	não	sim	não	sim	não	sim
Vila Anã	não	não	sim	sim	não	sim	sim	não
Vila Brasil	não	sim	sim	sim	não	não	não	não
Vila Franca	não	sim	sim	não	sim	não	não	sim
Vista Alegre	não	não	não	não	não	sim	não	não

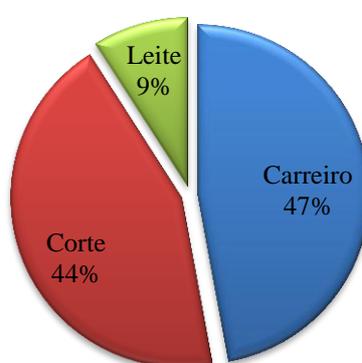
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

3.1.7 Pecuária

A atividade da pecuária foi observada em 59% das comunidades, ou seja, em 29 delas. Do total das comunidades que praticam a pecuária, em 47% a finalidade dessa atividade é o carreiro, em 44% delas o gado é criado para o corte, e em 9% delas o gado é criado para a produção do leite.

Gráfico n.º11

Percentual por comunidade do tipo de pecuária praticada - 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

Com relação ao destino do gado criado, as declarações mostram que 52% das comunidades criam o gado para o consumo próprio, seja para corte, para o carreiro ou para a produção de leite; 24% o criam para vender para outras comunidades; 14% delas criam o gado para a venda à Santarém; e, 10% das comunidades os vendem para as comunidades locais.

Gráfico n.º12

Porcentagem de comunidades por destino da pecuária - 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

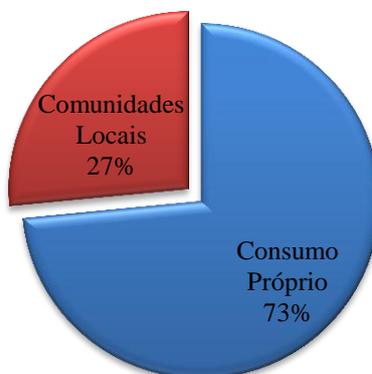
3.1.8 Caça

Todas as comunidades praticam a caça e essa atividade foi considerada de elevada importância pela maioria delas. A caça é praticada apenas para o consumo próprio (73%) e para o consumo e/ou venda nas comunidades locais (27%), ela não é vendida nem para outras comunidades, nem para Santarém.

Embora seja uma prática considerada relevante, ela não é constantemente praticada e nem todas as famílias se dedicam a ela. Muitos comunitários declararam recorrer à caça quando falta o peixe, e outros alegaram que a praticam quando querem variar o cardápio.

Gráfico n.º13

Porcentagem de comunidades por destino da caça - 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

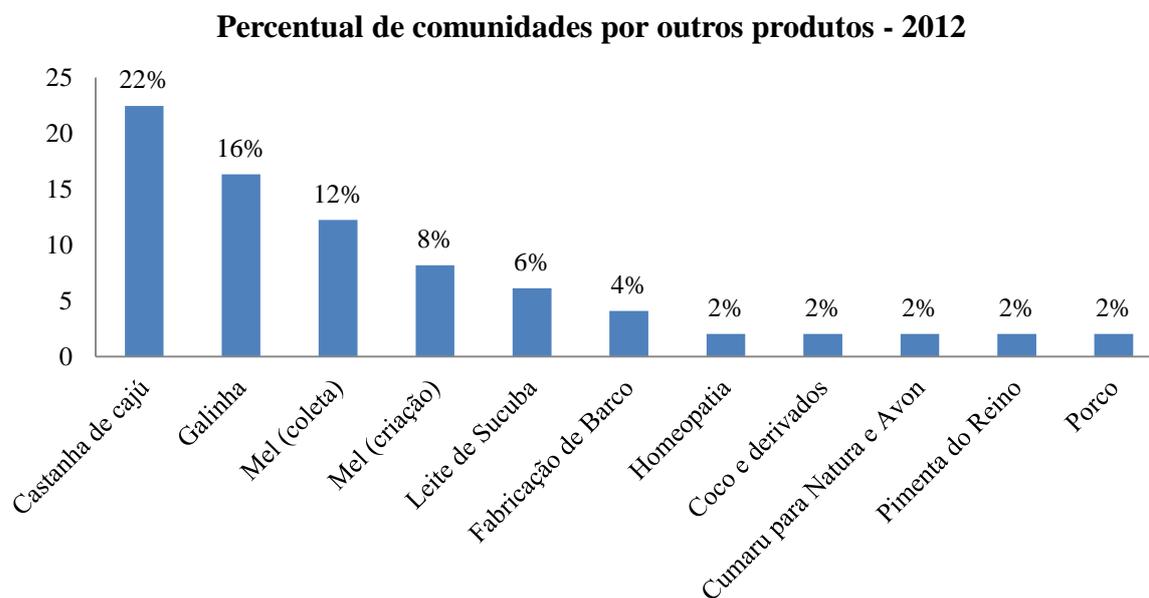
3.1.9 Outros itens relevantes

A seguir são relatados outros itens que foram citados pelas comunidades como de relevância considerável. Alguns deles são inclusive de potencial gerador de renda, e sua exploração, coleta, criação ou cultivo poderiam ser incentivados.

A castanha de caju é coletada por 22% das comunidades; a criação de galinha é realizada por 16% das comunidades; 12% das comunidades coletam mel na floresta; 8% das comunidades se dedica à criação de mel; 6% das comunidades coletam o leite de sucuba; 4% delas se dedicam à fabricação de barcos; e 2% delas trabalham com homeopatia e com coco e derivados, produzem Pimenta do Reino, criam porco e coletam camarão para as empresas de cosméticos Natura e Avon. (Gráfico n.º14).

Vale ressaltar que não foram relatadas práticas de mineração em nenhuma das comunidades visitadas.

Gráfico n.º14



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na missão de campo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas nesse relatório de conclusão de bolsa se apresentam como uma tentativa de trabalhar as ideias que podem ajudar na construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico, que tenha como motivador a promoção de um desenvolvimento local numa lógica mais inclusiva, distributiva, eficaz, socialmente justa e ambientalmente responsável.

A forma de produção e reprodução das comunidades ribeirinhas dos rios Arapiuns, Aruã e Maró foi aqui, parcialmente, descrita no intuito de fornecer sugestões que poderiam gerar um desenvolvimento mais participativo e que fosse capaz de gerar processos que se traduzissem em ações contínuas, em uso responsável dos recursos, em participações mais conscientes dos comunitários e que fossem capazes de gerar real melhoria de vida para a população local.

A economia popular e solidária é vista aqui como uma possibilidade de geração de formas alternativas de produção e reprodução nessas comunidades, e na Amazônia contemporânea. Isso só é possível porque a economia popular e solidária visa à

incorporação práticas resistentes ao modelo capitalista de produção e com propostas mais flexíveis e inclusivas que se encaixam muito bem no perfil das comunidades tradicionais da Amazônia.

Como pode ser visto no estudo, as cooperativas de produção e empreendimentos econômicos solidários se mostram como uma alternativa viável para a produção de farinha de mandioca, para a pesca e para o artesanato nas comunidades ribeirinhas dos rios Arapiuns, Aruã e Maró.

No caso do artesanato, a experiência do grupo TUCUMARTE já mostra os ganhos para as comunidades que delas fazem parte, ao passo que a maior organização da produção foi capaz de gerar desdobramentos positivos, levar infraestrutura e renda, além de estimular o turismo.

O sucesso desse grupo de produção de artesanato indica que um modelo similar poderia ser adotado nas atividades de produção de farinha de mandioca e cultivo de peixe, produtos essenciais na cesta de consumo dos habitantes locais. O cultivo de farinha de mandioca e a criação de peixes também poderiam ser estimulados com a inclusão de novas tecnologias e com a apropriação de práticas tradicionais (saberes locais), que poderiam ser revertidos em novas metodologias de uso da terra e exploração do território, com o uso consciente dos recursos.

Também foi observado que os vários itens coletados na floresta servem basicamente para o sustento das famílias e das comunidades locais. Nesse sentido, seria interessante a incorporação de novas tecnologias de exploração, que poderiam tornar a sua exploração mais eficaz, sustentável e rentável para as comunidades locais.

Os resultados aqui obtidos ainda podem ser mais bem explorados e articulações com modos de produção e reprodução de outras comunidades tradicionais da Amazônia são muito desejáveis. A finalização antecipada do presente projeto prejudicou as interligações imaginadas, mas já foram apontados caminhos que podem ser mais bem explorados.

REFERÊNCIAS

ESCADA, M. I. S.; DAL'ASTA, A. P.; SOARES, F. R.; ANDRADE, P. R.; PINHO, C. M. D.; MEDEIROS, L. C. C.; CAMILOTTI, V. L.; DOS SANTOS, J. N. A.; FERREIRA, V. C.; AMARAL, S. **Infraestrutura, serviços e conectividade das comunidades ribeirinhas do Arapiuns, PA**. São José dos Campos: INPE, 2013. 121 p. (sid.inpe.br/mtc-m19/2013/04.29.14.32-RPQ). Disponível em: <<http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3E2NF9P>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

INPE. Relatório Técnico de Atividade de Campo – Projeto URBISAMAZÔNIA e Projeto Cenários para a Amazônia: Uso da Terra, Biodiversidade e Clima. **Infraestrutura, Serviços e Conectividade das Comunidades Ribeirinhas do Arapiuns, PA**. INPE, São José dos Campos, 2013.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al. (Eds.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 169-181, 1994.

MONTE-MÓR, R. L. M. Formas e processos urbanos nas Reservas Extrativistas da Amazônia. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia*. Brasília: CGEE, 2011.

SANTOS, M. O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro-RJ: Francisco Alves. 1979 (Coleção Ciências Sociais)

SILVA, Harley; DINIZ, Sibelle; FERREIRA, Vanessa Cardoso. CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E ECONOMIA DOS SETORES POPULARES NA FRONTEIRA AMAZÔNICA: o cenário atual no sudeste do Pará. In: **XV Encontro da ANPUR – ENANPUR**, 2013, Recife - PE.

TVCULTURA. **Grupo Tucumarte, em Urucureá, no Pará, garante o sustento de moradores locais com a venda de trabalhos em cestaria**. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/reportereco/grupo-tucumarte-em-urucurea-no-para-garante-o-sustento-de-moradores-locais-com-a-venda-de-trabalhos-em-cestaria-1>>. Acesso em: 28 de agosto de 2013.

URBISAMAZÔNIA (2010). **Qual a Natureza do Urbano na Amazônia Contemporânea?** O urbano extensivo e os circuitos da economia: o papel das redes na construção dos lugares e na configuração multi-escala do urbano amazônico. Apontamentos para um Diálogo com as Políticas Públicas Climáticas e Ambientais para a Região. Coordenação INPE e ITV-DS.